

RECURSO ESPECIAL Nº 1.839.939 - SP (2019/0285457-6)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : VISION MED ASSISTENCIA MEDICA LTDA
ADVOGADOS : MARCUS VINICIUS TENORIO DA COSTA FERNANDES -
SP126274
GUILHERME MAROTTA DE CLEMENTE - SP287051
RITA DE CÁSSIA RABELLO VAN KAIK - SP425468
RECORRIDO : MARIA DA PENHA GAVIOLI MACHADO
RECORRIDO : EUDIVAR MACHADO
ADVOGADOS : JOSÉ CARLOS LOPES - SP128096
ANTONIO APARECIDO TURAÇA JUNIOR - SP264138

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por VISION MED ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA, com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

"PRELIMINAR. ILEGITIMIDADE PASSIVA.

Desacolhimento. Reconhecimento da legitimidade passiva da requerida, integrante da cadeia de fornecedores do plano de saúde contratado pelo autor. Preliminar rejeitada.

PLANO DE SAÚDE. Ação de obrigação de fazer. Plano de Saúde Coletivo. Rescisão unilateral por parte da operadora de saúde por ausência de interesse na continuidade da contratação. Inadmissibilidade. Cancelamento indevido, porquanto ausente o inadimplemento por parte do consumidor. Sentença reformada. PRELIMINAR REJEITADA. RECURSO PROVIDO."

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ fls. 450/452).

Nas razões do especial, a recorrente alega divergência jurisprudencial e violação dos arts. 421 e 473 do CC/2002, 6º, §§ 1º e 2º, da LINDB, 13, parágrafo único, da Lei n. 9.656/1998, 51, IX, do CDC, 2º, I e III, da Resolução Normativa n. 112/2005 da ANS, 17, da Resolução Normativa n. 195/2009 da ANS.

Sustenta, em síntese, é cabível a rescisão unilateral do contrato de plano de saúde coletivo, pois o art. 13, II, parágrafo único, da Lei n. 9.656/98 veda, expressamente, a suspensão à rescisão unilateral de plano ou seguro de saúde individual ou familiar.

É o relatório. Decido.

O acórdão impugnado pelo recurso especial foi publicado na vigência do

Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

Em relação à hipótese de contrariedade ao art. 6º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – antiga LINDB, o STJ entende que os princípios contidos em referido dispositivo – direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgada – assumiram contornos nitidamente constitucionais, razão pela qual não podem ser objeto de recurso especial, sob pena de, se analisados, ferir-se a distribuição de competências estabelecida pela Constituição Federal. Nesse sentido:

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. RECUSA INDEVIDA DE FORNECIMENTO DE STENT EM PROCEDIMENTO CIRÚRGICO. PROCEDÊNCIA. APELO NOBRE. (1) RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73. (2) VIOLAÇÃO DO ART. 6º DA LINDB. NATUREZA CONSTITUCIONAL. ANÁLISE VEDADA EM RECURSO ESPECIAL. (3) OFENSA AOS ARTS. 165, 458, 463 E 535 DO CPC. OMISSÃO E NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL INEXISTENTES. MÉRITO. (4) TRIBUNAL LOCAL QUE RECONHECEU O DEVER DE INDENIZAR COM BASE NOS FATOS DA CAUSA. DANO MORAL IN RE IPSA. (5) PLEITO DE REDUÇÃO DA VERBA INDENIZATÓRIA. QUANTUM FIXADO EM CONFORMIDADE COM OS VALORES ADOTADOS NESTE SODALÍCIO.

1. [...]

2. O STJ entende que os princípios contidos no art. 6º da LINDB (direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgada) assumiram contornos nitidamente constitucionais, razão pela qual não podem ser objeto de recurso especial, sob pena de, se analisados, ferir-se a distribuição de competências estabelecida pela Constituição Federal. Precedentes.

[...]

6. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 657.069/MG, minha relatoria, Terceira Turma, DJe 22/6/2016 - sem destaques no original)

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DO DEVEDOR. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS EM 15% (QUINZE POR CENTO) SOBRE O VALOR DO DECAIMENTO. VIOLAÇÃO DO ART. 535, II, DO CPC. INEXISTÊNCIA. FUNDAMENTO NÃO ATACADO. SÚMULA 283/STF. ART. 6º DA LICC, QUE REPRODUZ O ART. 5º, XXXVI, DA CF - INVIÁVEL A ANÁLISE DE VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL

[...]

3. Conforme iterativa jurisprudência desta Corte, a matéria contida

no art. 6º da Lei de Introdução ao Código Civil, relativa à coisa julgada, tem índole nitidamente constitucional, razão pela qual sua apreciação desborda dos lindes do recurso especial.

4. Decisão agravada mantida pelos seus próprios fundamentos.

5. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

(AgRg no Ag 1.428.345/SC, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Terceira Turma, DJe 7/8/2012 - sem destaque no original)

Ademais, oportuno registrar a impossibilidade de conhecimento do recurso especial no que diz respeito à ofensa a artigos de Resolução da ANS, já que circulares, resoluções, portarias, súmulas, bem como dispositivos inseridos em regimentos internos não se enquadram no conceito de lei federal previsto no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal.

Confira-se:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. RESOLUÇÃO N. 289/83 DO CONFEA. INDICAÇÃO DE REPRESENTANTE PARA OS CONSELHOS REGIONAIS. EQUIPARAÇÃO ENTRE FACULDADE E UNIVERSIDADE. INTERPRETAÇÃO DA RESOLUÇÃO. IMPOSSIBILIDADE.

1. A controvérsia dos autos foi decidida pela origem com base no entendimento de que a Resolução n. 289/83, editada pelo CONFEA, extrapolou os limites previstos nas Leis 4024/61, 5540/68 e 9394/96, ao indicar para a composição dos conselhos regionais um representante para cada instituição de ensino superior, equiparando as faculdades às universidades.

2. Conferir a interpretação que se quer dar ao presente recurso, de que a Resolução 389/03 do CONFEA tem respaldo legal e está compatível com o disposto nas referidas leis, demandaria interpretação de ato normativo secundário, o que é vedado nesta via, por não se enquadrar no conceito de "tratado ou lei federal" de que cuida o art. 105, III, "a", da CF. Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp 1478626/SP, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 04/11/2014, DJe 14/11/2014).

Com efeito, no que tange à possibilidade de rescisão unilateral do contrato de plano de saúde coletivo, a Corte de origem assim consignou (fls. 385-386):

"Segundo o alegado, a rescisão do contrato de prestação de serviços médico-hospitalares firmado entre as partes teria ocorrido em razão da extinção dos planos coletivos firmados com a entidade de classe AIPESP - Associação dos Investigadores de Polícia do Estado de São Paulo.

Ocorre que, embora a Lei nº 9.656/90 não vedasse a rescisão unilateral do contrato coletivo de saúde, sendo a relação jurídica de natureza consumerista, impõe-se a aplicação do artigo

54, § 2º, do Código de Defesa do Consumidor.

Ademais, o artigo 13, parágrafo único, inciso II, da Lei nº 9.656/98 dispõe que:

'Art. 13. Os contratos de produtos de que tratam o inciso I e o § 1º do art. 1º desta Lei têm renovação automática a partir do vencimento do prazo inicial de vigência, não cabendo a cobrança de taxas ou qualquer outro valor no ato da renovação.

Parágrafo único. Os produtos de que trata o caput, contratados individualmente, terão vigência mínima de um ano, sendo vedadas:

(...)

II - a suspensão ou a rescisão unilateral do contrato, salvo por fraude ou não-pagamento da mensalidade por período superior a sessenta dias, consecutivos ou não, nos últimos doze meses de vigência do contrato, desde que o consumidor seja comprovadamente notificado até o quinquagésimo dia de inadimplência.'

Dessa forma, restou evidenciado que o plano de saúde contratado pelos autores foi cancelado indevidamente.

A propósito de tal entendimento, já decidiu esta Colenda Câmara:
[...]

Portanto, sempre respeitando o posicionamento da D. Julgadora de primeiro grau, inexistente alternativa técnica a não ser reformar a r. sentença na totalidade, para declarar a nulidade das cláusulas contratuais que autorizam a rescisão unilateral do contrato e para condenar as requeridas a restabelecerem o plano de saúde dos autores, nas mesmas condições anteriormente contratadas, ou que disponibilizem outro plano com cobertura, rede e valores similares, sem qualquer tipo de carência.

Em razão sucumbência, as requeridas deverão arcar com o pagamento das custas, das despesas processuais e dos honorários advocatícios fixados em 15% sobre o valor atualizado da causa.

Ante o exposto, pelo meu voto, rejeito a preliminar e, no mérito, dou provimento ao recurso, nos termos da fundamentação."

Como se vê, o entendimento do Tribunal *a quo* contrariou a jurisprudência desta Corte Superior, no sentido de ser "*possível a rescisão unilateral do contrato coletivo de saúde, uma vez que a norma insere no art. 13, II, b, parágrafo único, da Lei 9.656/98 aplica-se exclusivamente a contratos individuais ou familiares*" (AgInt no REsp n. 1.722.940/SP, Relator Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª DA REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 22/5/2018, DJe 30/5/2018).

Contudo, para que a rescisão unilateral imotivada seja válida, é necessário (a) que haja previsão contratual, (b) que tenha transcorrido o período de 12 (doze) meses de vigência, (c) que o usuário tenha sido notificado previamente com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias e, ainda, (d) que o beneficiário não esteja em tratamento médico garantidor de sua sobrevivência e/ou incolumidade física. Sobre o tema:

"DIREITO CIVIL E DO CONSUMIDOR. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA. PLANOS DE SAÚDE. CONTRATO COLETIVO. RESCISÃO UNILATERAL. POSSIBILIDADE. RESOLUÇÃO NORMATIVA. AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR. CONDIÇÕES. OBSERVÂNCIA. ABUSIVIDADE. NÃO CONFIGURADA.

(...)

3. A Lei dos Planos de Saúde (Lei 9.656/98) prevê que se aplicam subsidiariamente as disposições do Código de Defesa do Consumidor aos contratos de plano de saúde coletivo e individual/familiar (art.

35-G).

4. Há expressa autorização concedida pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) para a operadora do plano de saúde rescindir unilateral e imotivadamente o contrato coletivo (empresarial ou por adesão), desde que observado o seguinte: i) cláusula contratual expressa sobre a rescisão unilateral; ii) contrato em vigência por período de pelo menos doze meses; iii) prévia notificação da rescisão com antecedência mínima de 60 dias.

(...)"

(REsp n. 1.680.045/SP, Relatora Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 6/2/2018, DJe 15/2/2018.)

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE COLETIVO. RESILIÇÃO UNILATERAL. POSSIBILIDADE. BENEFICIÁRIO EM TRATAMENTO. EXCEÇÃO. BOA-FÉ. DIVERGÊNCIA INTERNA. DECISÃO SINGULAR QUE, ADEMAIS, FOI RECONSIDERADA. RECURSO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL. MULTA. ARTIGO 1.021, § 4º, DO CPC.

1. O plano de saúde coletivo pode ser rescindido ou suspenso imotivadamente (independentemente da existência de fraude ou inadimplência), após a vigência do período de doze meses e mediante prévia notificação do usuário com antecedência mínima de sessenta dias (artigo 17 da Resolução Normativa ANS 195/2009).

2. Nada obstante, no caso de usuário internado, independentemente do regime de contratação do plano de saúde (coletivo ou individual), dever-se-á aguardar a conclusão do tratamento médico garantidor da sobrevivência e/ou incolumidade física para se pôr fim à avença" (AgInt no AREsp 885.463/DF, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, Rel. p/ Acórdão Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 9/3/2017, DJe 8/5/2017).

(...)

Superior Tribunal de Justiça

3. *Agravo interno a que se nega provimento, com aplicação de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da causa."*

(AgInt no AREsp n. 1.085.841/RS, Relatora Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 20/3/2018, DJe 4/4/2018.)

Dessa forma, como o Tribunal *a quo* não aferiu a presença de tais requisitos, é inviável ao STJ declarar, no presente recurso, a improcedência da ação ajuizada pelos recorridos na origem, como pleiteado pela parte recorrente, devendo a demanda retornar ao TJSP, para que seja novamente apreciada, de acordo com a jurisprudência do STJ.

Diante do exposto, dou parcial provimento ao recurso especial, determinando o retorno dos autos ao Tribunal de origem, para que seja aferida a validade da rescisão unilateral do plano de saúde coletivo, ficando prejudicadas as demais alegações.

Publique-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro **RAUL ARAÚJO**
Relator